

ROQUE DE BARROS LARAIA

Índios do Brasil revisitados



Índios do Brasil, de Julio
Cezar Melatti, São Paulo,
Edusp, 2007, 304 p.

**ROQUE DE BARROS
LARAIA** é professor titular
da Universidade Católica de
Goiás e professor emérito
da UnB.

Em 1970, Julio Cezar Melatti resolveu escrever um livro sobre os índios brasileiros que fosse acessível para a maior parte da população brasileira, justamente aquela que não tinha acesso aos poucos trabalhos científicos publicados até então. Ciente de que esse público compartilhava uma constelação de estereótipos negativos, herdados dos colonizadores europeus e repetidos incansavelmente por uma legião de “bugreiros” modernos, interessados na espoliação dos territórios indígenas, Melatti procurou mostrar em seu texto que os índios não eram aqueles seres imprevidentes e indolentes, incapazes de contribuir para o desenvolvimento econômico da nação, nem mesmo seres puros, isentos de maldades, pobres crianças necessitadas de proteção.

Tive o privilégio de escrever a “orelha” da primeira edição de *Índios do Brasil* (Editora Coordenada, Brasília, 1970), afirmando que esse era o primeiro livro, de grande alcance popular, que devolvia aos índios a sua condição de ser humano, que, “como tal, ama ou odeia, tem momentos de coragem e instantes de terror, luta obstinadamente pela sua sobrevivência ou se deixa envolver por um marasmo de apatia, tem amigos e inimigos, e constantemente pensa sobre a sua própria natureza”. Melatti descreve e analisa os usos e costumes dos índios

não pelo seu exotismo, mas com a preocupação de demonstrar que todos eles têm a sua razão de ser.

Nessas últimas quase quatro décadas, muitas pessoas leram o livro, que teve oito edições no Brasil e uma no México. O número de antropólogos brasileiros, que na época não chegava a uma centena, ultrapassou a casa dos mil. A população brasileira praticamente dobrou e o mesmo aconteceu com a população indígena. Sociedades indígenas, então desconhecidas, foram contatadas; outras, que eram consideradas extintas, foram reencontradas; mas, por outro lado, cresceu o número daqueles que acreditam nos velhos preconceitos. Uma parte considerável da mídia continua acreditando que “ser índio” é um grau de ignorância e não o pertencimento a uma sociedade e uma cultura diferentes das nossas. Continuam ignorando que a diversidade cultural é uma forma de riqueza e que o Brasil possui cerca de 220 povos indígenas, falantes de 180 línguas. Alguns acreditam nisso porque não dispõem das informações corretas. Outros insistem em não acreditar nos direitos dos índios por outras razões. Por tudo isso, é bastante oportuna uma nova edição de *Índios do Brasil*.

Essa, porém, não é apenas uma nova reedição. Melatti levou em consi-

deração o fato de que o tempo passou: a ditadura se foi; uma nova Constituição foi promulgada, em 1988, resguardando os direitos das populações indígenas – a partir de então, foram demarcadas mais terras indígenas do que nos 70 anos anteriores. A integração dos índios, como era preconizada nas políticas públicas anteriores, deixou de ser o objetivo central da ação do Estado. Foi assegurado o direito dos índios de continuar com as suas línguas e culturas, não deixando, no entanto, de ser cidadãos brasileiros.

Por tudo isso, o livro foi modificado: cerca de cem novas páginas foram acrescentadas. Cento e quarenta novas referências bibliográficas foram incluídas, refletindo o grande desenvolvimento das pesquisas etnológicas. Isso sem contar com uma apresentação gráfica primorosa e uma nova capa, na qual, como um ícone já consagrado, surge em forma reduzida a ilustração do *njamalu*, segundo um desenho de um índio *meinaku*, colhido pela saudosa etnóloga Heloisa Fénelon Costa.

As principais modificações ocorreram no início e no fim do livro. Os três primeiros capítulos da versão original foram transformados em cinco. Do sexto ao décimo sétimo capítulo repete-se a estrutura anterior, mantendo-se os mesmos títulos. No final, um novo capítulo foi acrescentado: “O Índio e a Cidadania”.

No primeiro capítulo, o autor sabiamente preferiu substituir a velha discussão sobre a origem do homem americano por uma descrição de um Brasil pré-histórico, pouco conhecido do grande público. Demonstra, então, a existência de registros da presença humana desde o fim do período Pleistoceno. Descrição essa que se tornou possível graças ao desenvolvimento da pesquisa arqueológica no Brasil, ocorrida nos últimos trinta anos.

O segundo capítulo original foi dividido. Com a ampliação da primeira parte do mesmo, surgiu o novo capítulo com o título de “Identidades Indígenas”, no qual se tornou mais clara a discussão sobre os critérios de identificação. Isso foi possível devido a uma maior precisão do conceito de

etnicidade, baseada tanto nos trabalhos de Frederick Barth (1969), como nos de Roberto Cardoso de Oliveira (1976). O terceiro capítulo (também resultante do segundo anterior), “A População Indígena Brasileira”, exigiu um maior esforço de atualização. As estimativas sobre o número de indígenas existentes antes de Cabral mereceram, em 1970, apenas um parágrafo. Na versão atual, Melatti apresenta tanto os trabalhos de Julian Steward, publicados na década de 50, quanto os de William Denevan (1976), que fez uma estimativa da população da região amazônica, como a de John Hemming (1978), cujos cálculos referem-se a todo o país, citando também as críticas de John Monteiro (1994) aos trabalhos anteriores. No que se refere à população atual, é bastante interessante o mapa da página 53 (não existente na versão anterior), que localiza os etnônimos indígenas com quatro tipos de letras, cujos tamanhos indicam as faixas de população a que cada grupo pertence. Por outro lado, suprime a relação de etnônimos apresentada na página 14 da versão anterior, que informava a existência de 136 povos indígenas. Deixou para o leitor a tarefa de contar no mapa da página 53. Acreditamos que esse foi um excesso de prudência por parte do autor, pois a própria Funai tem uma dificuldade na definição exata do número atual, que se supõe ser próximo de 220. Não deixa, porém, de ser interessante o dado apresentado que indica que os nove povos com maiores populações representam 50% do total.

O terceiro capítulo da versão anterior, “A Diversidade Indígena”, foi também dividido: “As Línguas Indígenas” e “Diversidades de Culturas e Situações”. O novo capítulo “As Línguas Indígenas” foi bastante atualizado. Os seis mapas referentes à localização dos troncos lingüísticos foram aperfeiçoados pela inclusão de novas línguas ou por uma mais precisa definição dos territórios lingüísticos, como, por exemplo, o caso do tronco tupi, que agora inclui uma grande parte do litoral sul, em função de um processo de expansão de grupos mbiá-guarani. Quanto à estimativa do número de línguas faladas, Melatti opta por 150, um

número modesto em relação às 180 línguas divulgadas oficialmente pela Funai. Note-se aqui a mesma dificuldade de precisar o número de povos indígenas. Os argumentos apresentados por Melatti, porém, são consistentes. Muitas vezes, povos com etnônimos diferentes são contados como falantes de igual número de línguas, quando de fato falam uma só. Além de continuar existindo o registro de várias línguas que, de fato, não são mais faladas, substituídas que foram pela língua geral amazônica ou pelo português. Não resta dúvida de que o texto atual do capítulo ficou muito mais inteligível para o leitor leigo do que o anterior.

O quinto capítulo, “Diversidades de Culturas e Situações”, é praticamente novo. Na versão original, em apenas duas páginas, o autor apresentou as onze áreas culturais elaboradas por Eduardo Galvão em 1950. Meio século depois, graças às numerosas pesquisas etnológicas realizadas e a um melhor conhecimento da distribuição geográfica dos grupos indígenas, Melatti pôde fazer uma reformulação das áreas culturais de Galvão. Em sua classificação definiu quatorze áreas, eliminando grande parte do vazio existente na parte central do mapa de Galvão. Optou por definir as áreas como etnográficas e não mais culturais. A sua justificativa foi a necessidade de

“[...] dar um maior peso à articulação social do que à similaridade cultural, pois acreditamos que, assim, englobaríamos numa mesma área àquelas sociedades que mantêm entre si intercâmbios, amistosos ou hostis, pois nem sempre as que se parecem se conhecem. Por exemplo, os índios conhecidos como canelas (ramcocamecrás) têm uma longa história tanto de choques como de convívio amistoso com seus vizinhos guajajaras, do mesmo estado do Maranhão; no entanto, são mais semelhantes culturalmente aos bororos, que vivem a mais de mil quilômetros de distância, em Mato Grosso” (p. 79).

Do capítulo sexto ao décimo sétimo mantêm-se os mesmos títulos e estrutura da edição original. Apresentam, no en-

tanto, algumas atualizações e acréscimos. Faremos referência apenas a uns poucos exemplos.

No capítulo 11, “A Vida Política”, Melatti introduziu a discussão sobre o papel da mulher indígena, apresentando exemplos xavantes, xinguanos e krahós. O fato de ter constatado que a participação feminina é muito pequena nas sociedades indígenas, como também acontece em algumas sociedades complexas, não significa que as mulheres não dispõem de algum tipo de poder.

“O que parece ocorrer nas comunidades indígenas é que o poder não se ostenta por intermédio das instituições políticas. Mas sem dúvida ao expressar suas opiniões no âmbito doméstico, comentando-as com seus parentes masculinos acabam por fazê-las chegar ao debate público feito pelos homens” (p. 64).

No capítulo 13, que trata das crenças e dos mitos, ampliou a parte referente aos xamãs, utilizando-se de dados de J. C. Crocker (1985) para uma descrição mais completa das atividades xamanísticas bororos.

Preencheu uma lacuna importante do capítulo sobre artes quando acrescentou um item sobre máscaras indígenas, utilizando-se de informações de Nimuendaju (1946 e 1952), Goldman (1968), Wagley (1977), Erikson (1987), Lima Filho (1994), Barcelos Neto (2004) e dele próprio (1992).

Finalmente, foi importante a adição de um novo capítulo, “O Índio e a Cidadania”, no qual deixa claro que os índios são cidadãos brasileiros que podem votar e ser votados, esclarecendo àqueles que ainda pensam que ser índio é ser um cidadão de segunda classe. Para isso, menciona o mandato de deputado federal de Mário Juruna e informa que nas eleições municipais de 2000 foram eleitos oitenta índios (um prefeito, seis vice-prefeitos e os demais vereadores) distribuídos por dezesseis estados, entre eles Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

É nesse último capítulo que discute a importância da Constituição de 1988 em defesa dos direitos indígenas, principalmen-

te no que se refere à posse de seus territórios. Acredito que teria sido interessante a inclusão do artigo constitucional que trata do assunto.

Portanto, reafirmo, é importante essa nova reedição do livro em pauta, porque, apesar dos avanços alcançados, ainda persiste uma constelação de preconceitos sobre os índios. É ele um livro obrigatório para quem pretende entender um segmento significativo da

nossa sociedade. E, sobretudo, é um texto recomendável para os educadores das nossas novas gerações.

A “orelha” que escrevi, há 38 anos, foi reimpressa na edição atual. Gostaria de acrescentar nesta resenha que Julio Cezar Melatti, além de ser professor de antropologia da Universidade de Brasília, é agora professor emérito da mesma universidade e membro efetivo da Academia Brasileira de Ciências.

BIBLIOGRAFIA

- BARCELOS NETO, Aristóteles. *Apapaataí. Rituais de Máscaras do Alto Xingu*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2004.
- BARTH, Fredrik. *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Cultural Difference*. Boston, Little Born, 1969.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. Pioneira, São Paulo, 1976.
- CROCKER, John C. *Vital Souls. Bororo Cosmology. Natural Symbolism and Shamanism*. Tucson, University of Arizona Press, 1985.
- DENEVAN, William. *The Native Population of America in 1492*. Madison, Wisconsin University Press, 1976.
- ERIKSON, Philippe. “Peres Fouettards en Amazone”, in *L’Univers du Vivant*, 20. Paris, 1987.
- GALVÃO, Eduardo. “Áreas Culturais Indígenas do Brasil”, in *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 8. Belém, 1960.
- GOLDMAN, Irving. *Los Cubeo. Índios do Noroeste do Amazonas*. México, Instituto Interamericano de Indigenismo, 1968.
- HEMMING, John. *Red Gold. The Conquest of Brazilian Indians*. Londres, Macmillan, 1978.
- LIMA FILHO, Manuel F. *Hetohoki. Um Ritual Karajá*. Goiânia, Editora da UCG, 1994.
- MELATTI, Júlio Cezar. “Enigma do Corpo e Soluções dos Panos”, in Mariza Corrêa & Roque de Barros Laraia. *Roberto Cardoso de Oliveira. Homenagens*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.
- MONTEIRO, John M. “A Dança dos Números. A População Indígena do Brasil desde 1500”, in *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro e São Paulo, 1994.
- NIMJENDAJU, Curt. *The Eastern Timbira*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1946.
- _____. *The Tukuna*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1952.
-